

Data: 11-09-2019 06:59:47



Título do Artigo : Acompanhamento das Manifestações por Moradia em Niterói
Vinculado a ação : A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos
Área Temática : Direitos Humanos e Justiça
Modalidade : Apresentação Oral de Artigo

1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome: Glauco Bienenstein E-mail: gb@id.uff.br
 Telefone:
 Celular: (21)9876-73537 Departamento: NEPHU

2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Glauco Bienenstein	Docente	Autor
02-	Ana Clara Aguiar Maciel	Aluno bolsista	Relator/Autor
03-	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	Aluno bolsista	Autor
04-	Regina Bienenstein	Docente	Autor

3. ARTIGO

Resumo:

A cidade de Niterói que é classificada como de “melhor IDH do Estado do Rio de Janeiro”, esconde um déficit habitacional que atinge 15 mil unidades. Os conflitos urbanos relacionados à luta pela moradia são inúmeros. Somente entre janeiro de 2018 à 15 de agosto de 2019 foram registrados 35 manifestações reivindicando tal direito. Este artigo trata do projeto de extensão “Acompanhando e mapeando conflitos”, vinculado ao programa “A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro”. O artigo analisa e disponibiliza os dados referentes às manifestações por moradia, mostrando como os atores, têm atuado, identificando os limites e os avanços dessa pauta na cidade. Os encaminhamentos da prefeitura parecem apontar em duas frentes: Na primeira, a ausência de políticas estruturantes que se respaldam através da cooptação de lideranças; Na segunda, as soluções emergências ineficientes que desorganizam a mobilização das lutas urbanas.

Palavras chave:

Conflitos; Niterói; Manifestações por Moradia;

Abstract:

Niterói city, which is classified as the “best HDI of the state of Rio de Janeiro”, hides a housing deficit that has reached 15 thousand units. Urban conflicts related to housing are numerous. Between January 2018 and August 15, 2019, alone, 35 demonstrations linked to such a problem have happened. This article deals with the extension project “Monitoring and mapping conflicts”, linked to the Program “The Public University and the Right to the City: Advising Social Movements of the State of Rio de Janeiro”. The article analyzes and makes available the data that has been collected regarding the demonstrations connected to housing problem, showing how the actors have been acting. Also, it

shows the limits and advances of this agenda in Niterói. Town hall referrals seem to point to two fronts: In the first, the absence of structuring policies that are supported by the co-optation of leaders; In the second, inefficient emergency solutions that disrupt the mobilization of urban conflicts.

Key Words:

Conflicts; Niterói; Manifestation for housing;

Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):

A moradia apesar de ser um direito garantido no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e constar na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, temos no Brasil um déficit habitacional que chega a cerca de 6,3 milhões, segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro (2015). De acordo com Villaça (1986, p. 32), o Estado compreende a moradia como uma mercadoria e, talvez por conta de tal orientação, não por acaso que tal quesito foi inserido na constituição através de uma Emenda Constitucional nº 26/2000. Sabe-se que parte considerável da população de baixa renda não é capaz de adquirir uma moradia no mercado formal. Este artigo trata, no contexto da cidade de Niterói, dos conflitos vinculados à luta pela moradia. Segundo Sánchez (2003), a partir da década de 1990, Niterói, assim como outras cidades do mundo, passaram a adotar o city marketing como modelo de planejamento urbano e utilizar da prerrogativa de obter, naquela década, o que resultou na sua colocação entre as 7 cidades mais bem colocadas no ranking tanto local quanto nacional, a saber, maior Índice de desenvolvimento Humano do Estado do Rio de Janeiro (Censo, 2010). Desnecessário dizer que tal posicionamento foi utilizado pelas sucessivas administrações municipais durante um bom tempo. Porém, tal propaganda não fazia menção ao índice GINI de 0,59 (CENSO 2010), que demonstra a grande desigualdade de renda entre seus habitantes. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, a cidade possuía cerca de 40 mil moradias em assentamentos precários e um déficit habitacional de 15 mil famílias (NEPHU, 2012). Assim, ao longo da história recente de Niterói, diante da crescente orientação de corte neoliberal das administrações municipais, foram emergindo diversas contradições e, conseqüentemente, conflitos de natureza socioespacial. A presente reflexão, intitulada “A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando conflitos” apresenta resumidamente alguns dos principais achados da pesquisa realizada. O projeto tem como horizonte mapear e acompanhar os conflitos por moradia, disponibilizando-os para a população, através do site do núcleo, além de realizar oficinas esclarecendo os conflitos junto ao Fórum de Luta por Moradia de Niterói. Desse modo, são a seguir apresentados e analisados os dados referentes às manifestações por Moradia em Niterói no período de janeiro de 2018 à 15 de agosto de 2019. Desse modo, são expostos e analisados os dados referentes às expressões em que as manifestações por moradia ocorreram; quais eram os seus protagonistas e antagonistas; os objetos dos conflitos e a trajetória das lutas no mencionado período. As informações coletadas são de suma importância para traçar um panorama das lutas por moradia na cidade objeto de estudo, das reações do Poder Público e os seus efetivos desdobramentos. Os dados foram recolhidos nas reuniões do Fórum de Luta pela Moradia, no grupo do whatsapp do próprio FLM, e por pesquisas em meios midiáticos de médio e grande circulação pela cidade de Niterói. A metodologia adotada baseia-se no planejamento em situação de conflito com base em José Ricardo (2017, p. 12), além das contribuições Bienenstein (et al, 2017, p.23), que entende o conflito como um categoria capaz de interpretar a sociedade, e a vida real, com seus problemas e contradições. Sendo assim, no desenvolvimento deste artigo são tratadas e analisadas as 35 manifestações por moradia, as formas de manifestações, o papel da Prefeitura diante de tais desafios, a influência das eleições nos movimentos sociais, as conseqüências das chuvas e dos despejos. Na metodologia é explicitada a abordagem em relação aos conflitos, definição dos termos utilizados e como os dados apresentados serão (e/ou podem ser) disponibilizados. Nos resultados finais são analisadas as respostas da prefeitura na política pública de habitação tanto nas ações estruturais quanto emergências.

Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:

Os dados analisam 35 manifestações por moradia na cidade de Niterói, que ocorreram entre janeiro de 2018 e agosto de 2019, utilizando como base a metodologia adotada pelo projeto de pesquisa “Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba” coordenado por Farias (et al, 2017). São analisadas as expressões das manifestações, a saber: o “objeto do conflito”, como se dão as “manifestações”, quem provocou o conflito, os “reclamados”, quem reivindica, os “reclamantes”, os colaboradores a

favor dos reclamantes, os “colaboradores” e os contrários, os “antagonistas”, além dos “encaminhamentos” do Poder Público a respeito das reivindicações da população, nesta sessão serão apresentados os dados encontrados. Identificou-se, no que diz respeito ao “objeto do conflito”, que: 24% foram contra Despejos; 20% por Produção Habitacional; 18% Políticas Habitacionais; 18% pagamento de Aluguel Social; 8% Regularização Fundiária; 8% risco de deslizamentos; 2% Infraestrutura Urbana e 2% por Manutenção em unidades do programa MCMV. Ao se analisar os dados, observa-se que 56% das manifestações foram por conflitos emergenciais (despejo, pagamento de aluguel social, risco de deslizamentos, infraestrutura urbana e manutenção de MCMV) e 44% por políticas estruturantes (produção habitacional, políticas habitacionais e regularização fundiária). Sobre as formas de “manifestação”, encontra-se: 51% vinculados a atos públicos; 20% à reuniões com órgãos públicos; 8,5% relativos à cartas e/ou requerimentos de reivindicação; 8,5% de passeatas; 6% de audiências públicas; 3% de atos contra o despejo e 3% ligadas à ocupações de terrenos. Cabe destacar que neste quesito, a única ocupação relatada foi a do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, MTST, que cobrava a retomada de negociações com a Prefeitura, como consequência de uma ocupação realizada em 2015 (próximo ao Largo da Batalha no Sapê, bairro periférico da cidade). Contudo, ao analisar as 35 manifestações, observa-se que o objeto de conflito” em 2018 esteve vinculado a políticas públicas estruturantes, sendo elas: 50% por Produção de Habitação Popular; 33% relativos à adoção de uma Política Habitacional e 17% ligados a processos de Regularização Fundiária. Não havendo manifestações por políticas emergenciais. Em 2019, o “objeto de conflito” apresentou a seguinte caracterização: 61% relativos a ações emergenciais (39% contra o despejo; 14% por Risco de deslizamentos; 4% infraestrutura; 4% manutenção dos MCMV) e 39% ligados à demanda por políticas estruturantes (25% por Produção Habitacional e 14% Política Habitacional). Percebe-se que o aumento e a mudança do perfil do quesito “objetos de conflito” se deveu, provavelmente, às fortes chuvas ocorridas durante o referido ano de 2019 (levando a óbito 15 pessoas e a interdição de 172 residências, segundo o jornal O Fluminense, 27/05/2019) e o despejo do Edifício Nossa Senhora da Conceição (Prédio da Caixa) localizada na Av. Amaral Peixoto. Notou-se também a discrepância quantitativa em relação a 2018, 6 manifestações, e em 2019, 29. Ao comparar os casos onde o “objeto de conflito” era estruturante, 6 são em 2018 e 11 em 2019. Vale ressaltar que o ano de 2018 foi eleitoral (mês de outubro), não havendo registro de manifestações. Já em agosto e novembro de 2018, as manifestações realizadas foram a entrega das reivindicações na Audiência Pública sobre o novo Plano de Regularização Fundiária e o ato público durante a votação do Plano Diretor. Isto é, as manifestações ocorreram durante eventos realizados pelo Poder Público. Constatou-se que no item “reclamado”, a Prefeitura de Niterói aparece em 24 casos, seguida pelo Ministério Público, em 7, a Defesa Civil e o Judiciário em 4 cada um deles, o Governo Estadual em duas, a Enel (companhia privada de energia elétrica) e Caixa Econômica Federal um cada uma delas. Já os “reclamantes” são os moradores em 19 manifestações, o MTST em 9, o FLM em 8, os “Movimentos Sociais por moradia” em duas e a Associação de Moradores também em duas. Intriga, neste ponto, que a Federação de Associações de Moradores de Niterói, FAMINT, não seja responsável por nenhuma destas manifestações. Verificou-se que os “colaboradores” nas lutas são: o FLM, 26; o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola em 13; o MTST em 12; a Comissão dos Direitos Humanos da OAB/RJ também em 12; o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro em 9. O Ministério Público, Núcleo de Terras da Defensoria Pública, o Conselho Popular, as Brigadas Populares, o Observatório das Metrôpoles, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, MNLM e as Brigadas Populares colaboraram em uma manifestação cada. No caso dos sujeitos “antagonistas”, encontra-se: a Prefeitura Municipal de Niterói PMN, em 28; a Defensoria Pública de Niterói em 6, o Ministério Público em 3, a Câmara de Vereadores de Niterói e a Polícia Militar em 2 cada uma delas, a Defesa Civil, a ALERJ e o Governo Estadual em um cada. É necessário mencionar que um mesmo sujeito pode ser antagonista e colaborador em diferentes lutas, como é o caso do Ministério Público. Este esteve favorável à luta da Associação de Moradores de Jurujuba, requerendo a regularização urbanística de Lazareto, bairro de Niterói de interesse pesqueiro, alegando danos ao meio ambiente. Contudo, no que se referiu ao caso do “Prédio da Caixa”, no centro de Niterói, foi o autor da interdição do Prédio. Destaca-se também, a Defensoria Pública de Niterói como antagonista na luta do Prédio da Caixa. Verificou-se, também, que os moradores e associações de moradores “reclamantes” em 2018, não são os mesmo que em 2019. Em 2018, 2 manifestações foram realizadas pelo FLM, 2 pelo MTST e uma pelos moradores de Mama África e pela Associação de Moradores de Jurujuba. Em 2019, o Prédio da Caixa foi responsável por onze das manifestações; o FLM por 5; o MTST por 4; “Movimentos Sociais” e a comunidade do Preventório duas cada; a associação de moradores de rua de Niterói, os moradores de Jurujuba, Zilda Arns 1 cada.

Metodologia:

As atividades descritas neste artigo dão continuidade às ações realizadas em 2018, a saber, o acompanhamento do FLM, a produção de históricos e mapas delimitados das comunidades participantes dos fóruns, além da construção do site do NEPHU. Neste ano, de 2019, além das atividades já realizadas e passa-se a acompanhar as manifestações dos conflitos ocorridos biênio 2018-2019. De acordo com o Farias (et al, 2017), as manifestações foram categorizadas da seguinte forma: 1. Manifestações por moradia – como as manifestações se expressam na cidade, seja por ato público, entrega de carta de reivindicação, entre outros; 2. Data e o local do protesto; 3. Descrição da manifestação; 4. Objeto de conflito – o que é reivindicado, utilizando os seguintes termos: política habitacional, produção de habitação popular, aluguel social, regularização fundiária e urbana, despejo, infraestrutura urbana e risco de deslizamentos de encostas; 5. Estratégia de luta – a organização utilizada nas manifestações; 6. Encaminhamentos – respostas dadas pelos reclamados; 7. Reclamados – a quem se reclama os objetos de conflito; 8. Reclamados – atores responsáveis por expressar os conflitos; 9. Colaboradores – sujeitos que apoiam a luta dos reclamantes; 10. Antagonistas – atores contrários aos reclamantes; 10. Origem dos Conflitos – breve relato sobre a origem do conflito manifestado. Os dados aqui descritos serão apresentados ao FLM no dia 11/09/2019 durante uma oficina do Curso de Extensão em Direito à Cidade. Juntos aos moradores e alunos serão debatidos quem são os reclamados, colaboradores e antagonistas na luta pela moradia, quais conflitos cada comunidade enfrenta, quais são os fatores que influenciam na eficácia das reivindicações, e a importância das manifestações para expor os problemas e conflitos da cidade. Posteriormente à apresentação desses dados e o debate junto ao FLM, assim como sua análise, serão divulgados no site do NEPHU com o intuito de democratizar as informações.

Resultado com Discussão:

Para essa sessão será focado nos dados referentes aos “encaminhamentos” das manifestações, os quais demonstram que 57% delas não obtiveram respostas dos “reclamados”; em 17% dos casos os “reclamados” se comprometeram em se reunir com os “reclamantes”; em 11% deles o Poder Municipal se comprometeu a realizar e disponibilizar estudos técnicos; em 6% foi prometido o reparo da infraestrutura – somente 1 em dos casos o acordo foi cumprido; em 3% dos casos houve a entrega do laudo técnico foi efetivada, em 3% houve a promessa do cumprimento do repasse mínimo para o Fundo de Habitação Estadual; em 3% foi realizada a aprovação de ZEIS para a Comunidade Castro Alves e Fazendinha e da área desapropriada para o MTST no Plano Diretor. Com isso, 9% dos encaminhamentos foram efetivados. São eles: 1. A aprovação das ZEIS por solicitação do FLM na votação do Plano Diretor (2018); 2. A entrega do laudo técnico e da topografia do terreno desapropriado para o MTST (13/08/2019). A esse respeito vale destacar que o MTST realizou nove manifestações entre o período analisado neste artigo, incluindo uma ocupação, em abril de 2018, e duas manifestações no mês de agosto de 2019, visando fazer pressão junto à PMN para que esta entregasse tais estudos; 3. o Reparo da energia na comunidade do Preventório após mais de 24 horas sem luz. Sobre tal fato, registra-se que os moradores atearam fogo em sofás e fecharam as vias do Túnel Charitas-Cafubá, que liga a Região das Praias da Baía à Região Oceânica. No entanto, os Moradores do Prédio da Caixa além de terem realizado onze manifestações desde maio à agosto de 2019, e possuir uma rede de apoio composta por parlamentares, universidade pública e OAB, não conseguiram reaver o Prédio para realizar os reparos necessários e nem a certeza do pagamento mensal do Aluguel Social. Algumas informações chamam atenção: como a ausência do envolvimento da FAMNIT nas manifestações e a presença do FLM e do MTST como protagonistas da maioria das lutas por moradia.

Considerações Finais:

Os dados apresentados resultantes da pesquisa ilustram que há uma quantidade representativa de conflitos urbanos vinculados à luta pelo direito à moradia na cidade de Niterói e, ao compará-los com os encaminhamentos dado pelo Poder Municipal, percebe-se que parece não haver um esforço e/ou interesse de tentar, pelo menos, equacionar minimamente a questão da habitação popular na cidade, aspecto este que contrasta com o slogan da alta qualidade de vida niteroiense. No entanto, corroboram com o argumento que Niterói possui uma preocupação voltada para o marketing do que para resolver os verdadeiros problemas de importantes segmentos sociais, em especial a população de baixa renda

(SÁNCHEZ; BIENENSTEIN G.,2003). Comparando os anos de 2018 e 2019 é sintomático o quanto os anos eleitorais paralisam os movimentos sociais e, de certa forma, as ações do poder público, o que pode significar o apaziguamento das manifestações e das possibilidades de cooptação, e por consequência as conquistas. Todavia, é importante destacar que isto não significa que o conflito deixe de existir e, sim, que não há uma cobrança do poder público nesses momentos. O Fórum de Luta pela Moradia junto ao MTST são os principais reclamantes do direito à moradia do Município, tendo inclusive alcançado encaminhamentos efetivos frente ao Poder Público; isto é, ambos possuem um papel importante na luta por moradia na cidade. No caso do Prédio da Caixa o posicionamento Defensoria Pública de Niterói, bem como do Ministério Público pelo despejo, mostram que muito ainda tem que organizar para conseguir efetivar o direito à moradia. Ao longo do trabalho, foi de suma importância o entrosamento entre os projetos que compõem o programa a que este projeto está ligado, a interdisciplinaridade entre as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Direito e Engenharia Civil, além do acompanhamento do Fórum de Luta pela Moradia e do Conselho Popular do Rio de Janeiro. O arquiteto e urbanista não é capaz de lidar com as problemáticas da cidade sem profissionais de outras áreas e sem a troca horizontal com a população que vive e usufrui do espaço urbano (cf. BIENENSTEIN G, et al, 2017). O que parece ser uma tendência no comportamento da prefeitura é no que diz respeito às políticas estruturantes ela opera cooptando as lideranças em sua estrutura bloqueando o avanço das lutas através da FAMNIT, não à toa que não participa de nenhuma dessas reivindicações; no que diz respeito às políticas emergenciais age com soluções insuficientes, mas capazes de desarticular os moradores e movimentos sociais de sua luta. Cabe aqui destacar que o principal objetivo desta pesquisa, é organizar esses dados para que possam ser utilizados como uma ferramenta na luta, divulgação, conscientização, que promova a ampliação da participação da população, enquanto classe trabalhadora, na construção de uma cidade digna, justa e igualitária.

Referência:

Universidade em luta pela moradia. BIENENSTEIN, Glauco G.; BIENESTEIN R.; SOUSA, D. M. M. (orgs) et al; Universidade em luta pela moradia. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. CÂMARA, Breno Pimentel; Conflitos urbanos no Rio: mapear a desigualdade, colecionar lutas. In: OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. (Orgs.) Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro, 2016. Constituição Federal Brasileira, 1988. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. DRUMOND, R.; A cidade de Niterói: Política urbana, valorização do solo e habitação. Rio de Janeiro, XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2018. SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G. O Caminho Niemeyer como projeto estratégico: gestão, produção e reconversão da imagem urbana de Niterói-RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. 1 CD-ROM SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, 1983. VILLAÇA, Flávio; O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global Editora, 1986. Globo. Brasil tem 69 milhões de famílias sem casa. Brasil. ; acesso em: 25/08/2019 Brasil de Fato. Niterói as contradições do município com maior IDH do Estado do Rio. Niterói. ; acesso em: 27/08/2019. O Fluminense. Um novo lar para 163 famílias. Niterói. ; Acesso em: 29/08/2019. Extra. Vídeo mostra casas desabando no morro do Cavalão. ; Acesso em: 29/08/2019.
